

Haddad se encontra com líderes para discutir Perse

Representantes do Turismo manifestam-se no mesmo horário

Por Gabriela Gallo

O novo cabo-de-guerra entre os poderes Executivo e Legislativo aparenta ter um novo nome: Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Nesta terça-feira (5), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reúne com líderes da Câmara dos Deputados para discutir o destino do programa, às 10h. No mesmo horário, entidades do setor de turismo realizarão um protesto em defesa do Perse. O ato foi organizado pela Frente Parlamentar Mista da Hotelaria Brasileira (FPhotel) e pela Federação de Hotéis, Bares e Restaurantes do Estado de São Paulo (Fhoresp). De acordo com a FPhotel, a expectativa é de mil hoteleiros e profissionais ligados a eventos e turismo de todo país presentes no ato.

Durante a reunião com os parlamentares, Fernando Haddad apresentará dados da equipe econômica do governo federal para embasar a necessidade de acabar com o programa como forma de cumprir com as metas fiscais.

A discussão acontece após o governo federal protocolar no Congresso a Medida Provisória nº 1.208/2024, que retira a reestruturação da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia, mas mantém a proposta do fim do Perse. A proposta é que o programa emergencial — que estava previsto para acabar em 2027 — termine completamente em janeiro de 2025.

Os setores de turismo e eventos se manifestam contra a



Margareth Menezes diverge de Fernando Haddad sobre o fim do Perse

medida. “O Perse foi aprovado em maio de 2021 e desempenhou um papel crucial na recuperação de empresas do setor de turismo, viagens e eventos, segmentos que somam 3,7 milhões de postos de trabalho e representam 4,5% do PIB nacional. Apenas em 2023, geraram mais de 234 mil novos empregos e aumentaram a arrecadação do governo federal, através de renegociação de dívidas fiscais, em mais de 28 bilhões de reais”, defendeu, em nota, a Frente Parlamentar Mista da Hotelaria Brasileira.

Irregularidades

Além de cumprir as metas fiscais, Fernando Haddad também acusa o programa de irregularidades e de ser

usado como uma ferramenta para lavagem de dinheiro. De acordo com o ministro, a Receita Federal registrou uma renúncia de R\$ 17 bilhões em 2023 em decorrência do programa, porém o limite anual concedido pelo governo deveria ser de R\$ 4,4 bilhões.

“Não se trata de caça às bruxas, mas de mostrar que o programa não pode ter essa dimensão. É muito ruim para o país”, defendeu o ministro.

Nesta segunda-feira (04), durante a abertura da Conferência Nacional da Cultura (CNC), em Brasília, a ministra da Cultura Margareth Menezes foi questionada pela imprensa quanto ao programa, que também ajudou setores culturais. Na última

semana, em uma entrevista ao Metrôpoles, a ministra criticou as ações do Ministério da Fazenda, alegando que poderia ter havido um maior diálogo entre os dois ministérios. Dessa vez, porém, ela tentou apaziguar a situação e reforçou que tem uma boa relação com Fernando Haddad.

O programa

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos foi implementado em 2021, durante a pandemia de Covid-19, com o propósito de ajudar setores de eventos e turismo — setores que foram muito prejudicados durante o período de isolamento devido ao coronavírus.

Depoimentos agravam situação de Bolsonaro nas investigações

Por Ana Paula Marques

O ex-comandante da Aeronáutica, Carlos Baptista Júnior, também confirmou à Polícia Federal (PF) a sua participação em uma reunião convocada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para discutir a chamada “minuta de golpe”. A informação sobre a confirmação do brigadeiro vem depois de se saber que o ex-comandante do Exército Freire Gomes também relatou que a reunião existiu, no seu depoimento à PF na sexta-feira (1), que durou mais de oito horas.

Na condição de testemunha, o tenente-brigadeiro Baptista foi ouvido pela investigação no último dia 16 de fevereiro, quatorze dias antes de Freire Gomes confirmar à PF ter presenciado as supostas reuniões. Os depoimentos corroboraram as suspeitas iniciais da investigação. Os dois depoimentos corroboram o que disse o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que fechou uma delação premiada com a PF.

O ajudante de ordens Mauro Cid contou aos investigadores que o ex-assessor Filipe Martins apresentou a minuta a Bolsonaro. O texto previa a decretação de Estado de Defesa, para que houvesse uma intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), anulando o resultado das eleições e convocando novo pleito. Também discutiu-se a possibilidade de prisão de autoridades como o presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Segundo o relato de Mauro Cid, Bolsonaro então



Depoimentos agravam situação de Bolsonaro

consultou os chefes das Forças Armadas, em busca de apoio. De acordo com Cid, o então comandante da Marinha, Almir Garnier, manifestou apoio à iniciativa e colocou suas tropas à disposição de Bolsonaro. Porém, Freire Gomes e Baptista Júnior rejeitaram o plano.

Repercussão

A atuação da PF é vista como perseguição para os apoiadores de Bolsonaro, e assim confirmou o segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, Sostenes Cavalcante (PL-RJ), ao Correio da Manhã. Para o deputado, os militares que estão dando declarações sobre um “suposto golpe, que nunca aconteceu, estão envergonhando as Forças Armadas”, defendeu.

Já a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR) defende que as operações são a conclusão do inquérito da PF. “Não é perseguição, é a conclusão de um detalhado trabalho que desvendou a trama e seus novos sujeitos”, declarou Gleisi em seu perfil no X (ex-Twitter). Para ela, o tempo agora é de julgar e punir os “comandantes do golpe”, a começar por Bolsonaro.

Discurso

Em uma manifestação convocada na Avenida Paulista no último dia 25, Bolsonaro chegou a mencionar a minuta. A fala foi interpretada por investigadores como uma admissão do seu envolvimento nas tratativas. A defesa do ex-presidente negou que a declaração

seja uma confirmação. Porém, logo depois, um de seus advogados, Paulo Cunha Bueno confirmou que Bolsonaro teria recebido o documento, mas, somente após sair da Presidência, em 2023.

Para o advogado criminalista Gabriel Castro, os depoimentos dos ex-comandantes e a fala do ex-presidente na manifestação “são provas robustas do envolvimento de Bolsonaro no plano, por implicá-lo diretamente na tentativa de subverter a ordem democrática”, disse. Entretanto, ele ainda é investigado e a consequência direta dos inquéritos, até o momento, é a medida cautelar de apreensão de passaporte, em razão da possibilidade de impedir a aplicação da lei penal em caso de eventual fuga do país.

É o que lembra o especialista: “É importante ressaltar que Bolsonaro se encontra na condição de investigado. Ele ainda não responde a um processo judicial. Mas, se acaso se tornar réu, e seja condenado, a pena pode ser em torno de 12 a 18 anos”, explica “O parâmetro para esse cálculo, são as pessoas processadas e condenadas no âmbito dos atos de 8 de janeiro”, disse.

O tenente-coronel Mauro Cid ainda deve ser chamado para prestar esclarecimentos complementares, já que parte das informações encontradas pela PF em seu celular não foram abordadas por ele em sua delação premiada. A meta dos investigadores é concluir as investigações nos próximos quatro meses.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministro tentará contornar divergências

Ministro terá reunião difícil com lideranças

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai ter que se desdobrar hoje para, na reunião com líderes de partidos da Câmara dos Deputados, conseguir fazer valer a visão do governo sobre temas pra lá de espinhosos. A conversa, que ocorreria na semana passada, teve que ser adiada devido à covid contraída pelo ministro. O primeiro bloco de questionamentos a serem

apresentados envolve a medida provisória editada no fim do ano passado que praticamente restabeleceu a contribuição previdenciária plena de 17 de setores da economia. Ainda acabou com o alívio neste mesmo pagamento concedido pelo Congresso a prefeituras e determinou o fim da isenção de impostos federais ao setor de eventos, um programa batizado de Perse.

Meio cheio...

Semana passada, em outra MP, o governo voltou atrás na reestruturação das empresas, mas manteve o fim das outras benesses. Quer, agora, que todos os assuntos sejam discutidos num projeto de lei a ser enviado para o Congresso — Haddad vai dizer que esta é a melhor saída.

...meio vazio

O problema é que a tendência da Câmara é achar que o melhor seria tratar de cada um dos assuntos separadamente, em projetos de lei autônomos. Fora que os três temas já haviam sido analisados e aprovados pelo Congresso Nacional, que acabou atropelado pelas MPs.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Pacheco: críticas à demora para marcar sessão

Veto de Lula será tema de reunião com senadores

Outro tema pra lá delicado é o veto do presidente Lula a R\$ 5,6 bilhões dos R\$ 16 bilhões que haviam sido destinados pelo Congresso para emendas parlamentares. Como a coluna publicou ontem, o governo tenta negociar uma saída para evitar a derrubada do veto, mas a tendência, principalmente na Câmara, é de resta-

belecer o texto original. Já há deputados irritados com a demora, pelo presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de marcar sessão para análise da medida. O assunto também estará na pauta da conversa entre Lula e líderes de partidos no Senado marcada para hoje, às 19h, no Alvorada.

No limite

Lula, que havia se reunido com líderes da Câmara, tem um outro motivo para estreitar os laços com o Senado. A oposição tem mostrado contar com até 35 dos 81 votos. Como há senadores que ora ficam de um lado, ora de outro, a margem de do governo ficou pequena.

No telhado

O lançamento, com o aval do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de candidatura alternativa à presidência da Comissão de Constituição e Justiça, abalou boa parte do PL. Tem gente defendendo a substituição da indicada pelo partido, Caroline de Toni (SC).

Manter os dedos

A questão é que a provável participação de Arthur Maia (União-BR) na disputa ameaça De Toni, bolsonarista radical. Sua troca por um nome mais palatável e menos briguento garantiria, em tese, o cumprimento do acordo que prevê a entrega da presidência ao PL.

Expectativa

A bancada do PSB na Câmara não se arrepende de ter saído do bloco criado por Lira, mas não quer saber de outro casamento tão cedo. E espera algum carinho do governo que, por trás dos panos, trabalhou para que houvesse um rompimento com o presidente da Casa.